



Exmo. Senhor
Dr. Nuno Araújo
Chefe do Gabinete de Sua Excelência o Secretário
de Estado dos Assuntos Parlamentares

SUA REFERÊNCIA	SUA COMUNICAÇÃO DE	NOSSA REFERÊNCIA	DATA
		Nº: 17/2017 PROC. Nº: 22.01	04-01-2017

ASSUNTO: PERGUNTA Nº 1392/XIII/2ª, DE 15-11-2016
• PLANO NACIONAL DOS REGADIOS

Relativamente à Pergunta Parlamentar n.º 1392/XIII (2.ª), do CDS-PP, cumpre informar o seguinte:

O Programa Nacional de Regadios tem como objetivo financiar um conjunto de obras de regadio, distribuídas por todo o território continental, com natural incidência no Alentejo. Grande parte das obras destinam-se a aumentar a área regada nacional, apesar de se prever apoiar também obras de modernização de aproveitamentos hidroagrícolas existentes.

A conceção do Programa de Desenvolvimento Rural 2014-2020 (PDR 2020) não acautelou o necessário enquadramento financeiro para as obras dos novos blocos de Alqueva, o que obrigou o XXI Governo Constitucional a procurar formas alternativas de concretizar esse desiderato, que assume uma importância fundamental para o desenvolvimento regional do Alentejo.

O chamado Plano Juncker constitui uma boa oportunidade para viabilizar o financiamento das obras de beneficiação hidroagrícola dos novos blocos de Alqueva, nomeadamente pelas condições financeiras que disponibiliza e que são particularmente favoráveis.

Como é natural, a conceção do Programa Nacional de Regadios procurou conjugar os condicionalismos inerentes ao Plano Juncker com os objetivos do subsector do regadio, nomeadamente os que se encontram plasmados no documento intitulado “Estratégia para o Regadio Público 2014-2020”. A apresentação da “Manifestação de Interesse” pela EDIA para o financiamento pelo Banco Europeu de Investimento (BEI) do PN Regadios é um exemplo desse esforço de compatibilização com o Plano Juncker, assim como o é a conjugação da contribuição de fundos estruturais com o financiamento do BEI.

As negociações técnicas ainda não tiveram propriamente início, prevendo-se que decorram durante o primeiro trimestre de 2017. Os contornos precisos do figurino institucional a adotar resultarão das negociações entre a EDIA e a missão de avaliação do BEI, razão pela qual o Governo não se encontra ainda em condições de responder cabalmente às questões ora colocadas pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP.

Com os melhores cumprimentos,

O Chefe do Gabinete

Gonçalo Alves